Os dilemas da esquerda diante das eleições argentinas

A experiência latino-americana confirma a utilidade de votar contra a extrema-direita. Por sua vez, o fortalecimento da bancada de esquerda contribuirá para a resistência social e para a concepção de um novo projeto estratégico.

Cláudio Katz*

Publicado em: 20/09/2023 07h31

A emergência de Javier Milei introduz três certezas e uma incógnita para a esquerda a nível eleitoral. A primeira certeza vem do que aconteceu na região. Se Milei chegar ao segundo turno, repetirá o que aconteceu com Bolsonaro no Brasil, Kast no Chile e Hernández na Colômbia. Nestas situações, a maior parte da esquerda latino-americana apelou ao voto contra os direitistas.

Os setores mais radicais adotaram essa posição, sem esconder as suas dúvidas sobre os limites e a inconsistência dos candidatos que foram vitoriosos. Esta decisão acertada teve como objetivo deter os ataques às conquistas democráticas promovidas pela extrema-direita. Com plena consciência deste perigo (ou por mero instinto de sobrevivência), a esquerda latino-americana apoiou o sufrágio contra os expoentes da onda reacionária.

É evidente que a derrota destas figuras contribui para neutralizar a vingança conservadora contra o ciclo progressista da última década. Esta contenção limita os abusos contra os oprimidos e gera cenários mais favoráveis para lutar pela igualdade, justiça e democracia.

O que aconteceu no Equador oferece um contraexemplo nessa direção. Lá prevaleceu o apelo ao voto nulo no segundo turno entre o progressista Arauz e o direitista Lasso. Essa posição facilitou o triunfo de um milionário que na sua breve administração provocou uma grande degradação do país.

Nesse caso, grande parte da esquerda optou por uma equiparação equivocada dos dois candidatos, apresentando-os como expressões análogas da mesma dominação burguesa. Ignorou que a frustração das expectativas populares gerada por muitos expoentes do progressismo não se assemelha à repressão sangrenta promovida pelos seus rivais de direita.

Uma variante mais aguda do mesmo erro ocorreu no Peru, quando um setor da esquerda validou com o seu voto a operação Fujimori para derrubar Castillo. Esta má conduta confirmou as graves consequências da perda da bússola.

Esses antecedentes recentes fornecem diretrizes para definir a posição da esquerda, caso Milei chegue ao segundo turno. Nenhum líder político antecipa

normalmente a sua posição por estes resultados por razões compreensíveis da competição eleitoral. Mas na militância é muito oportuno discutir o assunto agora, em vez de improvisar definições no último minuto.

Este esclarecimento é importante porque a principal força esquerdista, a FIT-U[1], carece de uma resposta homogênea a este dilema. As suas quatro organizações adotaram atitudes muito variadas (e contrastantes) frente a estas situações. Seguir os exemplos do Brasil, do Chile ou da Colômbia e evitar os erros cometidos no Equador ou no Peru deveria ser a primeira certeza do próximo cenário eleitoral.

Definições à vista

Milei canaliza a exaustão com o desastre que o país enfrenta com mensagens de extrema-direita. Foi fabricado pela mídia e não tem a base ideológico-social de Kast nem o apoio evangélico-militar de Bolsonaro. Ele capturou apoiadores com rompantes e seus seguidores expressaram mais raiva do que convicções de qualquer tipo. O resultado dessa combinação é totalmente incerto.

Bullrich lidera a direita convencional com posições mais agressivas que os seus antecessores. Ele substituiu a falsa promessa de felicidade que Macri propagou por uma epopeia de ajuste. O fracasso de Larreta confirmou que o centro-direita tradicional perdeu força.

Massa é a figura mais conservadora da coalizão governista. Ele é o arquiteto do ajuste econômico em curso e tem uma história sombria de compromissos com a Embaixada dos Estados Unidos e com os grupos mais concentrados do poder econômico local.

Sua liderança está em sintonia com as tendências da nova onda progressista. Evo, Chávez ou Cristina foram em sua maioria substituídos por representantes mais próximos do establishment. Mas esta modificação significativa não altera o caráter das coligações, que competem com a restauração conservadora. Com uma liderança adaptada ao status quo, AMLO, Lula, Petro ou Arce continuam liderando frentes que disputam a supremacia contra a direita.

Massa é um caso muito peculiar porque pôde comandar uma regressão menemista e reproduzir contra o kirchnerismo o ataque que Lenin Moreno realizou contra o correísmo. Mas enquanto fizer parte de uma coligação com Cristina, Kicillof, De Pedro e Grabois, fará parte do espectro confuso que confronta eleitoralmente os setores reacionários. Por isso, relegou as suas preferências pelos Estados Unidos, retomou projetos de investimento e financiamento com a China e promoveu a incorporação da Argentina nos BRICS, à qual Washington se opõe veementemente.

A principal diferença de Massa com Milei e Bullrich não está na esfera econômica. Os três promovem diferentes versões do ajuste fiscal e preparam para os próximos mandato aumentos de tarifas, cortes salariais e diminuição dos gastos sociais supervisadas pelo FMI.

Milei defende o corte dos salários e a expropriação dos setores médios com a dolarização. Bullrich pretende esse caminho com o “bimonetarismo”, a redução das taxas alfandegárias e uma unificação cambial que lembra a “blindagem” de 2001[2]. Massa incentiva a continuidade da deterioração mascarada e parcelada que atualmente implementa.

A diferença entre os três candidatos situa-se no plano político-democrático. Bullrich e Milei proclamam abertamente que tentarão liquidar os acordos coletivos e as compensações com um ataque direto ao direito de organização dos movimentos populares.

O assassinato de Molares e a selvageria exibida em Jujuy constituem a antecipação de um plano que inclui indultos aos militares e anulação do aborto. São ameaças muito críveis vindas da boca de um homem das cavernas exorbitante, cuja vice elogia o Videla e propõe fechar o Museu da Memória. Bullrich é um porta-estandarte do neoliberalismo repressivo que pondera os disparos nos olhos nas manifestações, exalta o estado de sítio e apela à criminalização dos sindicatos combativos.

A brutalidade consumada no Peru é o modelo dos candidatos de direita, que pretendem pulverizar o principal movimento operário sindicalizado da região, destruir organizações sociais muito ativas e quebrar uma força democrática que reintegra os netos e mantém vivo o repúdio à última ditadura.

Massa não está situado nesse nível. Ele silenciou diante do que aconteceu em Jujuy, é semelhante à mão forte de Berni, tem grande amizade com os canalhas de Guaidó, mas faz parte de uma frente que não defende a repressão. A escavadeira em Guernica[3] não se compara nem remotamente à fúria de paus, balas e prisão que Milei e Bullrich preparam.

A partir destas caracterizações, é possível postular duas atitudes diferentes face ao eventual segundo turno de Outubro. Se a disputa final colocar Bullrich contra Milei, seria apropriado promover um voto em branco para deslegitimar qualquer um dos dois esforços. Ambos os presidentes antecipam uma

agressão frontal contra o povo que deverá ser combatida através do próprio voto.

Pelo contrário, se este confronto de novembro incluir Massa, o correto seria pedir a rejeição da direita nas urnas. Esta formulação tem sido frequentemente utilizada pela esquerda para promover o voto contra o principal inimigo sem mencionar o candidato preferido. Desta forma, evita-se o apoio explícito a personagens muito questionáveis. Se as figuras contra Bullrich ou Milei fossem Cristina ou Kicillof não haveria problema em apoiá-los com o seu nome.

No caso de Massa, esse endosso no segundo turno deveria ser acompanhado de todas as perguntas sobre sua gestão. Não é incompatível sustentar estas críticas votando nele contra um liberal e defensor do assassinato de Maldonado. Essa posição é a segunda certeza das próximas eleições

Deputados FIT-U

Em outubro serão eleitos os deputados que formarão um Congresso notoriamente de direita. Essa mudança nas duas Câmaras é muito comemorada pelos poderosos, que apostam na aprovação rápida das leis de ajuste. A batalha nas ruas contra esta agressão exigirá porta-vozes sólidos da resistência dentro da instituição parlamentar (e nos meios de comunicação). Por este motivo é importante ampliar a bancada FIT-U.

Este setor é formado por combatentes honestos que demonstraram confiança e coragem para enfrentar o ajuste. Eles têm credenciais comprovadas para agir na batalha que se aproxima. Em Jujuy confirmaram mais uma vez a sua

bravura. Eles colocaram os seus corpos nos protestos, em vez de enviarem as simples mensagens de apoio que outros líderes espalham.

Esta atitude da esquerda contrasta com grande parte dos legisladores promovidos pelo partido no poder. Esse grupo é formado por inúmeros vacilões. A fuga de altos funcionários para Milei (Francos) e Bullrich (Aracre) antecipa o que estes carreiristas poderão fazer se o vento continuar a soprar para a direita.

Na PASO[4], o FIT-U obteve uma percentagem muito semelhante às últimas eleições do mesmo tipo. Seu número foi baixo, mas ficou entre as cinco listas da disputa de outubro. Ela enfrentou a dificuldade objetiva gerada pela canalização do descontentamento social pela extrema direita.

Este resultado deu origem a inusitadas censuras à esquerda por não ter captado essa indignação, como se devesse ser sempre o destinatário natural de todo o desconforto. O questionamento omite que o comportamento dos eleitores não é predeterminado e depende de mudanças nos cenários políticos.

A FIT-U não é responsável pela ascensão internacional de figuras reacionárias, que encarnam a rejeição dos desastres gerados pelo neoliberalismo. Nem é a causa desse efeito na Argentina. Em todo o caso, o principal culpado deste desastre foi um governo impotente, que suscita a indignação de toda a população.

A esquerda luta contra a corrente e enfrenta as agressões dos poderosos, que financiam Bullrich, instalaram Milei e validam Massa. A votação no FIT-U é a resposta positiva ao mal-estar gerado pelo novo contexto eleitoral.

Algumas correntes radicalizadas evitam este apoio incentivando o voto em branco, mas sem considerar o significado atual dessa opção. O comportamento que em 2001 fazia parte da rebelião popular, agora expressa apatia e despolitização. É uma reação passiva ao ajuste econômico, que simplesmente desencoraja a resistência, reforça a desesperança e favorece a equiparação enganosa de “todos os políticos”.

A expansão da bancada chefiada por Myriam Bregman serviria também para explorar novas respostas no final de um ciclo político. A proeminência que o Kirchnerismo e o Macrismo tiveram nas últimas duas décadas enfrenta sérios questionamentos com resultados imprevisíveis. Para evitar o pântano do pessimismo, devemos abordar o novo cenário com menos explosões emocionais e maior reflexão política. O apoio aos deputados da FIT é a terceira certeza das próximas eleições.

Incógnitas em jogo

Um problema mais complexo levanta a possibilidade de Massa não chegar ao segundo turno. Essa eventualidade fica visível com a simples repetição do que aconteceu nas PASO ou com uma barreira irrefreável de Milei no primeiro round. Se Massa continuar com o ajuste redobrado exigido pelo FMI, cavará a própria cova como candidato. Essa sepultura já começou com a desvalorização que ele prometeu evitar e acabou aceitando. A resistência a esta política explica a grande abstenção nas urnas.

Para reverter este cenário, seria necessária uma reação democrática semelhante à registada contra o Vox em Espanha. Mas lá um governo

antecipou as eleições para disputar os votos e aqui Alberto não existe, Cristina mantém um silêncio calculado e Massa carece de credibilidade.

Ninguém sabe se este contexto irá persistir nos próximos dois meses. A enorme volatilidade dos eleitores e o empate nas pesquisas fazem com que as eleições de outubro sejam uma segunda volta antecipada. A conveniência de Massa chegar ao segundo turno representa um dilema adicional para a esquerda.

Um dilema semelhante enfrentou o PSOL no Brasil. Esse partido sempre apresentou candidatos próprios e apoiou o PT no turno final. Mas na última eleição optou por outro curso. Decidiu apoiar Lula nas duas etapas eleitorais, renunciando à apresentação de candidatos próprios. Essa resolução foi tomada diante do perigo criado pela eventual reeleição de Bolsonaro. A chegada de Milei apresenta certas semelhanças com esse cenário.

Lutar contra um governo de direita – ao mesmo tempo que patrocina a expansão da bancada de esquerda – poderia ser uma resposta para o caso argentino. Essa combinação poderia ser implementada com um voto útil. Seria um recurso para deter a presidência de Milei ou Bullrich, ao mesmo tempo em que enviaria uma mensagem de censura ao Massa pelo ajuste em curso.

Ao contrário do PSOL, esta opção não pode ser adotada pela FIT-U, porque essa Frente nunca partilhou ligações com forças progressistas locais semelhantes ao PT brasileiro. Por esta razão, continuará com a intensa campanha liderada por Bregman para ampliar o seu número de legisladores.

Mas esta atividade poderia ser combinada com apelos paralelos ao voto útil, dirigidos ao eleitor peronista e aos setores que priorizam evitar um governo

Bullrich ou Milei. Ambas as campanhas poderiam ser complementares, tenderiam a dialogar com públicos diferentes e seriam encabeçadas por figuras de diferentes tipos.

Ao contrário das três certezas anteriores, nesta eventualidade há muitas questões a esclarecer, tendo em conta que a esquerda não escolhe os formatos eleitorais em que intervém. São problemas táticos típicos de dilemas complexos e devem ser processados com debates políticos.

Pertencer à esquerda não é sinônimo de voto inflexível. Nos sindicatos, por exemplo, é muito comum a revisão constante das alianças. Os pactos são acordados para uma eleição, que são substancialmente modificados em comparação com outras eleições. O sufrágio não é um ato de identidade ou lealdade a um grupo de pertencimento. É uma opção política definida com base em situações de mudança.

Contexto estratégico

Na tradição dos quatro partidos que compõem o FIT-U, sempre prevaleceu a posição do voto em branco nos segundos turnos e do sufrágio por voto próprio. Os argumentos para apoiar esta atitude enfatizam que todos os candidatos burgueses são iguais (ou semelhantes) e que qualquer diferenciação entre eles – com critérios de “mal menor” – leva à frustração dos cidadãos e à derrota do movimento popular. Mas esta objeção não demonstra a viabilidade da alternativa oposta.

É muito fácil apresentar exemplos de decepções com as políticas seguidas pelo progressismo. Basta rever o que aconteceu com Alberto Fernández na

Argentina, Boric no Chile ou Castillo no Peru. Mas estas desilusões não ilustram um melhor resultado da proposta promovida pela FIT-U. Essa conquista está pendente e cabe debater quais seriam os caminhos para alcançá-la.

O mero desafio do “mal menor” não é muito sensato. Todos os ganhos salariais parciais ou avanços democráticos podem ser vistos como uma “segunda opção”. Ainda são adversidades sob o capitalismo, mas constituem conquistas notáveis face à sua carência anterior. E o mesmo se aplica aos regimes constitucionais versus ditaduras ou aos governos progressistas versus os seus pares reacionários. São conquistas alcançadas sem consumar o ideal socialista, mas nenhuma é negligenciável devido ao seu distanciamento do objetivo histórico da esquerda.

É totalmente verdade que votar num candidato alheio ou inimigo da esquerda acarreta sérias ameaças à construção desse espaço. Mas superar estes perigos não envolve uma simples sinalização com candidatos de inquestionável pureza socialista. Cada cenário deve ser avaliado e as diferentes opções devem ser ponderadas com base numa estratégia de poder.

Nos partidos que comandam o FIT-U, esse caminho de longo prazo é a dinâmica da revolução socialista. Com esta lógica, qualquer voto em candidatos fora do próprio espaço é contestado, argumentando que prejudica a aposta anticapitalista. Milei, Bullrich e Massa são vistos como equivalentes pela mesma razão que Lula é semelhante a Bolsonaro, Boric a Kast e Petro a Hernández. Estão todos localizados no mesmo segmento burguês e qualquer diferenciação entre eles é observada como um obstáculo à recriação do modelo leninista de 1917.

Este raciocínio – em coexistência com outras experiências do mesmo tipo – é válido em períodos revolucionários de diferentes escalas (nacional, regional ou global). Mas confronta a inexistência de dinâmicas deste tipo nas últimas décadas. A ausência de adaptação a esta nova realidade impede ir às urnas com qualquer projeto viável.

É evidente que ninguém vota na FIT-U com a expectativa de facilitar a sua chegada imediata, futura ou distante ao governo. Esta frente não se apresenta como opção presidencial e não comparece às eleições para sair vitoriosa.

Essa carência poderia ser superada com a hipótese de conquistar o governo para disputar o poder num longo período de transição. Tal política exigiria o reconhecimento da diferença qualitativa que separa a luta pela supremacia num governo, num regime político, num Estado e numa sociedade.

A diferenciação destas instâncias permitir-nos-ia conceber certos rumos socialistas que a FIT-U não considera. A promoção de grandes acordos eleitorais para conquistar prefeituras ou governos não está na sua agenda. A reavaliação destes objetivos permitir-nos-ia repensar alianças descartadas com outros sectores, como o Kirchnerismo crítico.

As certezas e incógnitas expostas neste artigo fazem parte deste tipo de estratégia. Considerar uma votação que combina a rejeição de um governo de direita com mais deputados de esquerda é uma iniciativa que cria pontes com as correntes radicalizadas do partido no poder. Esta ligação permitiria, por sua vez, imaginar novos reagrupamentos para o futuro.

Na PASO, a soma da lista alternativa dentro da União pela Pátria (de Juan Grabois) e dos vários candidatos de esquerda (FIT-U mais outras forças

similares) conseguiu um fluxo muito significativo. Em termos eleitorais já existe, portanto, um influente conglomerado de forças que partilham lutas no movimento popular. O debate sobre as eleições de outubro-novembro pode abrir um novo horizonte para a esquerda.

*Katz é professor da Universidade de Buenos Aires. Economista marxista argentino, doutor, pesquisador e professor na Universidade Autônoma de Buenos Aires. Sua página na rede é **www.lahaine.org/katz**. Publicado originalmente na Revista **Jacobinlat**. Tradução de David Cavalcante, do portal Esquerda Online.

Notas

1 Frente de Esquerda e dos Trabalhadores – Unidade (frente eleitoral com predominância dos partidos trotskistas argentinos PTS, MST, PO, IS)

2 O Governo de Fernando de la Rúa havia acordado com o FMI uma blindagem financeira de 38 bilhões de dólares para sustentar a paridade monetária de um peso equivalente a um dólar herdada do governo Carlos Menem, num contexto de uma grave crise econômica.

3 Ocupação de Guernica, distrito da província de Buenos Aires, ocorreu em 20 de julho de 2020. A ocupação de cerca de 100 hectares prosperou por quase 3 meses, e culminou com um violento despejo pela polícia.

4 Votações primárias abertas, ocorridas em 12 de agosto, onde os partidos e frentes eleitorais escolhem seus candidatos e candidatas.